

**AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO.**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2019**

**RECURSO ADMINISTRATIVO RELATIVO À HABILITAÇÃO DO LICITANTE VENCEDOR**

**BRIGADA DE INCÊNDIO BH EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o n.º 17.865.599/0001-29, com sede na Av. Vilarinho, n.º 1950, Bairro Minascaixa, Belo Horizonte, Minas Gerais, CEP: 31.615-250, vem, por seu procurador abaixo assinado, respeitosamente à presença do Ilustre Presidente da Comissão de Licitação deste órgão, apresentar **RECURSO ADMINISTRATIVO**, nos termos do art. 4º, XVIII, da Lei Federal nº 10.520/2002 e cláusula 20.3.1 do edital, pelos fatos e fundamentos a seguir aduzidos.

**I – DA TEMPESTIVIDADE**

Conforme se depreende do Sistema Eletrônico de Licitações do Banco do Brasil, a Comissão Licitante acolheu a habilitação do Licitante Vencedor em 06/08/2019 (terça-feira).

Considerando o prazo fixado no art. 4º, XVIII, da Lei Federal nº 10.520/2002, bem como na cláusula 20.3.1 do edital, tem-se que o prazo final para oferecimento de recurso findará em **08/08/2019 (quinta-feira)**.

Portanto, tempestivo este recurso administrativo.

Renato Augusto de Jesus  
Responsável Técnico  
OAB 32160  
RG MG 13934998

## **II – DOS FATOS**

Conforme se depreende do edital licitatório, destina-se o certame à contratação de empresa especializada para prestação de serviço de assessoria técnica, elaboração do Plano de Ação de Emergência (PAE), formação de Brigada de Emergência para atuar em prédios do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região e fornecimento de materiais utilizados pelos brigadistas do TRT3.

A empresa recorrente participou do certame apenas com relação ao lote nº 04, destinado à contratação de 20 (vinte) horas de treinamento para 600 (seiscentas) pessoas.

Após etapas convencionais do procedimento licitatório, a empresa *Total Seg Treinamentos Ltda* foi declarada vencedora, tendo a proposta de preços da recorrente ficado em segundo lugar.

Pois bem. Em que pese ter a Comissão de Licitação sagrado a empresa *Total Seg Treinamentos Ltda* como vencedora, os documentos de habilitação apresentados por ela deverão ser revistos, face às inconsistências perante o edital da licitação e da legislação em vigor.

Considerando tais inconsistências – que, adianta-se, são suficientes para inabilitar a empresa vencedora – a Comissão de Licitação deverá rever o processo de licitação em tela, pelos motivos que serão expostos a seguir:

## **III – DO REGISTRO EXTEMPORÂNEO DO BALANÇO PATRIMONIAL**

Conforme se depreende do edital do certame (cláusula 7.7.2), foi exigida apresentação do Balanço Patrimonial do último exercício fiscal, ou seja, de 2018, assinado por contador e pelo representante legal da empresa.

Renato Augusto de Jesus  
Responsável Técnico  
DRT 32160  
RG MG 13934998



Considerando a obrigatoriedade contida no edital, é válido relembrar que o art. 1.078, inciso I, do Código Civil de 2002, estabelece que o Balanço Patrimonial deve ser fechado ao término de cada exercício social e apresentado até o **quarto mês seguinte, ou seja, até o mês de abril.**

O Tribunal de Contas da União já se posicionou neste mesmo sentido:

(...) Esse entendimento não merece prosperar. O prazo para aprovação do balanço é 30/4/2014, segundo disposto no art. 1078 do Código Civil. Evidentemente, uma instrução normativa não tem o condão de alterar esse prazo, disciplinado em lei ordinária. O que a IN faz é estabelecer um prazo para transmissão da escrituração contábil digital, para os fins operacionais a que ela se destina.

(...) Conclui-se, portanto, que o ato do pregoeiro de inabilitar a representante, que apresentou a documentação referente ao exercício de 2012, foi correto, embasado no edital do certame e na legislação pertinente. Assim, deve ser considerada improcedente a representação formulada pela empresa Cibam Engenharia Eirelli. (TCU. Acórdão nº 1999/2014).

**Em que pese a regra do diploma civil e do posicionamento do TCU, a licitante vencedora apresentou Balanços Patrimoniais registrados em 05/07/2019, ou seja, documentos completamente extemporâneos.**

Senão vejamos:

CONTABILIDADE MAGNUM LTDA EPP / Mastermaq Softwares.



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais  
Este Livro foi protocolado sob o nº 19/290.646-1 no dia 05/07/2019. Os dados de autenticação estão contidos no Termo de Autenticação que deverá ser validado conforme informações constantes do mesmo.

pág. Junta Comercial 17/33

Renato Augusto de Jesus  
Responsável Técnico  
DRT/32180  
RG MG 13934998

Desta feita, considerando o descumprimento da regra legal, deverá esta Comissão desconsiderar o documento de habilitação apresentado e declarar inabilitada a empresa vencedora do certame.

#### IV – DOS ATESTADOS DE CAPACIDADE – DA GENERALIDADE DAS INFORMAÇÕES

Além da questão do balanço patrimonial, observa-se do edital, mais precisamente do item 7.9.2, que foram exigidos **atestados específicos e detalhados**, para comprovação da habilitação técnica da licitante para o Lote nº 04.

Vejamos o dispositivo:

7.9.2. Para o lote 4:

7.9.2.1. atestado (s) de capacidade técnica e de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado.

7.9.2.1.1. o(s) atestado(s) e/ou declaração(ões) de capacidade técnica deve(m) comprovar que o licitante administra ou administrou serviços de treinamento de brigadistas, incluindo simulação, com número de brigadistas que corresponda a pelo menos 50% (cinquenta por cento) do total de brigadistas previstos no termo de referência (Anexo II).

7.9.2.2. currículo com comprovação da capacitação técnica dos instrutores que

Neste mesmo sentido também estipula o item nº 06 do Anexo A do edital (página 49).

De volta à análise dos documentos de habilitação da licitante vencedora, verifica-se que **os atestados de capacidade técnica apresentados por ela não atendem os requisitos do edital**, já que não especificam o número de brigadistas participantes dos serviços, o que é exigido taxativamente pelo certame ("com número de brigadistas que corresponda a pelo menos 50% do total de brigadistas previstos no termo de referência").

Nos documentos constam termos que demonstram imprecisão do alcance do serviço executado pela licitante. A exemplo, cita-se trecho do Atestado

Renato Augusto de Jesus  
Responsável Técnico  
DRT 32160  
RS MG 13934998



de autoria do Grupo Teixeira Duarte: "(...) treinando 10 (dez) turmas com aproximadamente 20 (vinte) alunos em cada turma (...)")

Observa-se, também, que em que pese o edital ter solicitado a especificação dos serviços desempenhados pelas empresas declarantes, como por exemplo, o "serviço de simulação", os atestados não especificam os serviços realizados.

Diante disso, considerando tais lapsos e o escoamento do prazo destinado a comprovação da habilitação técnica, pede-se que esta Comissão de Licitação reanalise os documentos em questão e declare inabilitado o licitante neste aspecto.

## V – DA AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA IT 12 – 2ª EDIÇÃO DO CBMMG

Do mesmo modo, o edital do certame estabelece no item nº 13 do Anexo A (página 57), que os instrutores que ministrarão o treinamento devem conter certificados que comprovem determinadas ações de treinamento, em especial, o treinamento previsto na Instrução Técnica nº 12 do Corpo de Bombeiros de Minas Gerais.

### TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Secretaria de Licitações e Contratos

Pregão Eletrônico 14/2019

m) A CONTRATADA não poderá fazer uso das informações prestadas pelo Tribunal que não sejam em absoluto cumprimento ao Contrato;

n) Responsabilizar-se exclusiva e integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais, incidentes sobre os serviços ora ajustados, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o Tribunal;

o) Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste termo de referência;

p) Apresentar AVCB – Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros, emitido pelo CBMMG, do local do campo de treinamento e compatível com a atividade desenvolvida;

r) Apresentar credenciamento emitido pelo CBMMG do centro de formação (centro de treinamento), conforme prescreve a Portaria 33, de 18 de julho de 2018 do CBMMG;

s) Apresentar Alvará de funcionamento do campo de treinamento emitido pela Prefeitura do Município, no endereço da prestação de serviços;

t) Enviar currículo com comprovação da capacitação técnica dos instrutores que ministrarão o treinamento, contendo os certificados que comprovem as ações de treinamento, conforme itens 3.23 e 3.24, da NBR 14276:2006 e item 5.5.7 da IT 12 do CBMMG, quando houver alteração dos instrutores que ministrarão o treinamento;

Renato Augusto de Jesus  
Responsável Técnico  
DRY 32180  
RG MG 13934998

Observa-se dos currículos apresentados na fase de habilitação pela vencedora, **que os instrutores indicados não possuem as certificações acima.**

Na IT 12 – 2ª EDIÇÃO CBMMG, publicada em 25/02/2019, item 5.5 Brigada de Incêndio, mais precisamente no item 5.5.5. diz: “Além do instrutor de brigadistas credenciado nos moldes da Portaria nº 33/2018 do CBMMG, poderão ser instrutor de formação de brigada orgânica, os seguintes profissionais:

**a) técnico em segurança do trabalho com formação compatível com o treinamento a ser oferecido e registro profissional junto ao respectivo Ministério;**

b) engenheiro de segurança do trabalho, engenheiro ou arquiteto com especialização em segurança do trabalho com qualificação e habilitação compatível com o treinamento a ser oferecido;

c) profissional da área de saúde: médico, técnico em enfermagem ou enfermeiro, todos com especialização em APH, medicina ou enfermagem do trabalho ou outra área correlata;

d) militares das forças armadas e auxiliares (ativa ou reserva) que possuam no curso de formação/capacitação ou especialização disciplinas relacionadas à prevenção e combate a incêndio, com carga horária mínima de 60h/aula, e relacionada a emergências médicas, com carga horária mínima de 40h/aula, poderão ser instrutores de treinamento de brigada de incêndio.

5.5.5.1 Os profissionais elencados nas alíneas “a” até “d” estão dispensados de credenciamento junto ao CBMMG para atuarem como instrutores de brigada orgânica.

No item acima (5.5.5.1) diz que os profissionais: Técnico em Segurança do Trabalho, Engenheiro de Segurança do Trabalho, Profissionais da área de saúde, militares das forças armadas e auxiliares (ativa ou reserva), estão dispensados do credenciamento, porém deverão obter o curso contendo a carga horária complementar para ministrar o curso de Brigada de Incêndio Orgânica, conforme descrito nos itens abaixo:

Renato Augusto de Jesus  
Responsável Técnico  
DRT 32/60  
RG MG 13934998



5.5.5.2 Os militares da ativa do CBMMG somente poderão atuar como instrutores de brigada de incêndio orgânica quando designados por sua Unidade para tal finalidade.

5.5.5.3 Os militares da ativa de outras Organizações Militares poderão atuar como instrutores de brigada de incêndio orgânica, desde que seja compatível com o regimento ou regulamento de sua Organização Militar.

5.5.5.4 Os arquitetos e engenheiros referenciados na alínea "b" do item 5.5.5 deverão possuir formação complementar para atuarem como instrutores de brigada orgânica, conforme Resolução do CAU (para arquitetos) ou CONFEA/CREA (para engenheiros). Na ausência de Resolução do CAU ou CONFEA/CREA que estabeleça os parâmetros dessa formação deverá ser atendido o previsto no Anexo F.

**5.5.5.5 Os técnicos em segurança do trabalho referenciados na alínea "a" do item 5.5.5 deverão possuir formação complementar conforme Anexo F.**

5.5.5.6 Os profissionais da área de saúde referenciados na alínea "c" do item 5.5.5 poderão atuar somente como instrutores de brigada nas disciplinas relacionadas a primeiros socorros.

**5.5.5.7 A formação complementar exigida no itens 5.5.5.4 e 5.5.5.5 poderá ser realizada pelo Corpo de Bombeiros ou pelos Centro de Formação de brigadistas credenciados.**

Vale ressaltar que além de ser uma regra do edital, o fato dos profissionais não possuírem tais qualificações gerará a invalidação de todas as certificações emitidas e assinadas por eles, impedindo a aprovação dos documentos junto ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais.

Face a isso, por serem certificações essenciais para desempenho do objeto da licitação, em especial do lote nº 04, a recorrente roga para que esta Comissão de Licitação reveja os currículos já apresentados pela Licitante até o momento declarada VENCEDORA do certame.

Renato Augusto de Jesus  
Responsável Técnico  
ORT 32180  
RG MG 13834998

## VI – DA CONCLUSÃO

Ante todo o exposto, pugna a recorrente pela revisão dos documentos de habilitação apresentados pela licitante vencedora e, após, que esta Comissão de Licitação declare as inconsistências dos documentos apresentados, a inabilitação da empresa *Total Seg Treinamentos Ltda*, bem como para que declare como vencedora a empresa recorrente.

Termos em que, pede deferimento.

Belo Horizonte/MG, 08 de agosto de 2019.



**BRIGADA DE INCÊNDIO BH EIRELI**

**CNPJ: 17.865.599/0001-29**

**RENATO AUGUSTO DE JESUS**

**PROCURADOR DA EMPRESA**

**MG 13.934.998**

**CPF: 066.781.556-29**

**Renato Augusto de Jesus**  
Responsável Técnico  
DRT 32160  
RG MG 13934998

**17.865.599/0001-29**

**BRIGADA DE INCÊNDIO BH EIRELI**

Avenida Vilarinho nº 1950  
Venda Nova - CEP: 31615-250

**Belo Horizonte - MG**